

TRANSMASCULINIDADES PLURAIS: VANTAGENS E EXIGÊNCIAS SOCIAIS DA MASCULINIDADE NAS NARRATIVAS DE HOMENS TRANS

*TRANSMASCULINIDADES PLURALES:
VENTAJAS Y DEMANDAS SOCIALES DE LA MASCULINIDAD
EN LAS NARRATIVAS DE LOS HOMBRES TRANS*

*PLURAL TRANSMASCULINITIES:
ADVANTAGES AND SOCIAL DEMANDS OF MASCULINITY
IN THE NARRATIVES OF TRANS MEN*

Letícia Carolina Boffi ¹ e Manoel Antônio dos Santos ¹

¹ Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto/SP, Brasil

Resumo: Este estudo teve como objetivo compreender os processos de aquisição e distribuição de vantagens e exigências sociais da masculinidade conferidos aos homens trans após adquirirem a passabilidade, circunscritas pela interseccionalidade. Quinze homens trans entre 20 e 41 anos de quatro estados brasileiros, em processo de hormonização com ou sem intervenções cirúrgicas, participaram de entrevistas individuais semiestruturadas realizadas na modalidade online. As narrativas foram transcritas e submetidas à Análise Temática Reflexiva. Os três temas analíticos elaborados denotam que o reconhecimento visual binário da masculinidade é suficiente para que sujeitos transmasculinos sejam contemplados com a possibilidade de receberem certas benesses e vantagens sociais destinados aos homens como um grupo, contudo, destaca-se a heteronormatividade e a raça como os principais requisitos de acesso ou negação de tais privilégios. Do mesmo modo, constatou-se a intensificação das exigências sociais acerca do que se espera de um homem e o respeito aos limites normativos da masculinidade.

Palavras-chave: Pessoas transgêneras; Homens trans; Masculinidade; Transexualidade; Transmasculinidade.

Resumen: Este estudio tuvo como objetivo comprender los procesos de adquisición y distribución de ventajas y demandas sociales de masculinidad conferidas a los hombres trans después de adquirir el passing, circunscritas por la interseccionalidad. Quince hombres trans de entre 20 y 41 años de cuatro estados brasileños, en tratamiento hormonal con o sin intervenciones quirúrgicas, participaron de entrevistas individuales semiestructuradas realizadas en línea. Las narrativas fueron transcritas y sometidas a Análisis Temático Reflexivo. Los tres temas analíticos elaborados denotan que el reconocimiento visual binario de la masculinidad es suficiente para que los sujetos transmasculinos sean contemplados con la posibilidad de recibir ciertos beneficios y ventajas sociales destinados a los hombres como grupo; sin embargo, la heteronormatividad y la raza destacan como los principales requisitos de acceso o denegación de tales privilegios. Asimismo, hubo una intensificación de las demandas sociales respecto de lo que se espera de un hombre y el respeto a los límites normativos de la masculinidad.

Palabras clave: Personas transgénero; Hombres trans; Masculinidad; Transexualidad; Transmasculinidad.

Abstract: This study aimed to understand the processes of acquisition and distribution of social advantages and demands of masculinity granted to trans men after acquiring the passing, circumscribed by intersectionality. Fifteen trans men between 20 to 41 years old from four Brazilian states, undergoing hormone replacement therapy with or without surgical interventions, participated in individual semi-structured interviews conducted online. The narratives were transcribed and submitted to Reflexive Thematic Analysis. The three analytical themes developed indicate that the binary visual recognition of masculinity is enough for transmasculine subjects to be considered eligible of receiving certain social benefits and advantages intended for men as a group. However, heteronormativity and race stand out as the main requirements for accessing or denying such privileges. Likewise, there was an intensification of social demands regarding what is expected of a man and respect for the normative limits of masculinity.

Keywords: Transgender people; Trans men; Masculinity; Transsexuality; Transmasculinity.

Introdução

A partir do recente destaque conferido às identidades transmasculinas no Brasil das últimas duas décadas, as pesquisas acerca das vivências de homens trans têm identificado especificidades nos modos de subjetivação de tais sujeitos, destacando suas experiências sociais e políticas (Ávila, 2014; Boffi & Santos, 2023; Santos & Ornat, 2021). Entretanto, ainda são escassos os estudos acerca das vivências singulares de tais identidades, em especial após a transição de gênero, considerando suas diversas possibilidades de configurações corporais, raciais e de sexualidade. Nesse contexto, buscando contribuir com essa agenda de pesquisa, este estudo pretende compreender se a passabilidade garante aos homens trans os mesmos privilégios designados aos homens cisgênero na sociedade heteropatriarcal. Buscamos, ainda, descrever o modo de distribuição de tais vantagens entre as múltiplas experiências transmasculinas circunscritas pela interseccionalidade com outros marcadores sociais da diferença.

O conceito de masculinidade tem sido investigado e aplicado em análises sociológicas e psicológicas a partir de diversos vértices epistemológicos, com o fortalecimento das concepções que valorizam as construções sociais e culturais sobre os processos biológicos e reprodutivos. Dentre as vertentes críticas ao determinismo biológico, a socióloga australiana Raewyn Connell (1995, p. 188) afirma que a masculinidade pode ser entendida como

uma configuração de prática em torno da posição dos homens na estrutura das relações de gênero. Existe, normalmente, mais de uma configuração desse tipo em qualquer ordem de gênero de uma sociedade. Em reconhecimento desse fato, tem-se tornado comum falar de “masculinidades”.

Essa concepção pretende esclarecer o *status* da(s) masculinidade(s) como uma “configuração de prática” entendida, simplesmente, como ação, ou seja, a “prática” pode ser tanto reproduzida como produzida socialmente, em um determinado contexto histórico e geográfico. A “posição dos homens” se refere às “relações sociais e aos corpos”, sendo as masculinidades tanto corporificadas quanto sociais. Por fim, as “estruturas de relações de gênero” são compreendidas com base em relações hierárquicas e estruturas de poder. Tal processo se desdobra tanto no plano individual quanto no coletivo. Destaca-se, então, a diversidade de experiências e configurações possíveis. Um modo de conferir reconhecimento a essa multiplicidade é tomar o cuidado de nomear tais experiências como masculinidade(s), no plural.

Raewyn Connell e James Messerschmidt (2013) destacam que o conceito de “masculinidade hegemônica” se refere a um objetivo aspiracional de masculinidade, ao invés de uma realidade concretamente vivida por homens comuns em seus cotidianos, e fundamenta-se, sem ressalvas, em relações desiguais e hierárquicas estabelecidas entre masculinidades e feminilidades, assim como na obrigatoriedade da heterossexualidade, por meio da qual se legitimam as desigualdades de gênero.

As masculinidades hegemônicas podem incorporar práticas de outras masculinidades, subalternas ou marginalizadas, sendo possível que cada homem recuse ou adote práticas de masculinidade com ideais hegemônicos. Nesse contexto, o conceito de “dividendo patriarcal” (Connell, 1995) refere-se às vantagens sociais reservadas aos homens cisheteronormativos sob a ordem patriarcal social, tais como renda superior à auferida às mulheres, monopólio do acesso ao poder político-institucional, controle da riqueza empresarial e dos meios e aparelhos de violência, prestígio e honra social e diversas outras permissões sociais e materiais. Connell (2003) argumenta que o poder instaurado nas relações de gênero é, também, reproduzido pelo

que a autora nomeia de “masculinidades cúmplices”, as quais são exercidas por homens que se beneficiam do dividendo patriarcal, ao obterem vantagens diante da subordinação das mulheres, mas que não performam a masculinidade hegemônica.

Ainda de acordo com Connell (2003), outras formas de masculinidades, que se afastam das hegemônicas, não têm acesso ou usufruem apenas parcialmente de tais benefícios provenientes do patriarcado. Esse é o caso das nomeadas “masculinidades subordinadas”, que se referem obrigatoriamente às masculinidades não heterossexuais, assim como as “masculinidades marginalizadas”, que correspondem a grupos étnico-raciais e sociais materialmente desprivilegiados. Dessa forma, os arranjos plurais de relações fornecem um quadro de análise de masculinidades específicas, de modo que diferentes masculinidades podem ser produzidas em um mesmo contexto social na dinâmica das relações entre homens, incluindo as relações de hegemonia e cumplicidade/subalternização e marginalização.

Ao mesmo tempo em que pontua que as masculinidades dominantes auferem ganhos decorrentes do dividendo patriarcal, Connell (2003) também ressalta algumas características entendidas socialmente como fundantes da masculinidade normativa, ou seja, características exigidas para que a masculinidade seja validada na prática, tais como: o trabalho e a capacidade de prover as necessidades materiais da família; a violência como forma de angariar respeito e poder diante dos outros homens e a compreensão de que há uma “obrigação” em responder à incidência da violência ou se defender de suas ações; a heterossexualidade, que disciplina o corpo masculino; a racionalidade pensada como característica essencialmente masculina; o distanciamento da vida doméstica e a aproximação com a esfera pública. Tais características apontam para algumas exigências que devem ser cumpridas em provas de masculinidades hegemônicas normativas.

O dividendo patriarcal oferece privilégios sociais para os homens como grupo social em detrimento das mulheres. Contudo, a noção de masculinidade hegemônica propicia a hierarquização das masculinidades a partir da interseccionalidade entre marcadores sociais como identidade de gênero, raça e classe social, confiscando o usufruto individual pleno dos benefícios por parte de sujeitos lidos socialmente como homens. Concomitantemente, exige-se que eles cumpram determinados requisitos, noções e práticas que reiteram o conceito de masculinidade — em contraste à feminilidade. Sob essa perspectiva, destaca-se que a interseccionalidade entre tais marcadores, principalmente a classe social, recai ainda sobre o (não) acesso às condições plenas de saúde pelos homens trans, em especial os cuidados no processo de hormonização e transição de gênero para aqueles que os aspiram.

Com isso não se pretende promover simplificações no entendimento de situações que consideram a unificação de uma masculinidade. Ao contrário, assume-se o reconhecimento das múltiplas masculinidades enquanto uma premissa fundante. Por conseguinte, tais privilégios não contam com uma distribuição igualitária entre os diversos, e por vezes divergentes, grupos de homens, havendo coletividades que se beneficiam bem menos do que outras com o desfrute do dividendo patriarcal.

Segundo Simone Ávila (2014), quando se trata das transmasculinidades, ocorre processo social semelhante ao narrado anteriormente, uma vez que as transexperiências são, simultaneamente, individuais e coletivas. Em tal contexto, uma das principais demandas de homens trans é o acesso à hormonização, processo que possibilita edificar um corpo capaz de ser reconhecido a partir do gênero desejado (Ávila, 2014), sendo a corporalidade um modo recorrente de afirmação do gênero, tanto para homens cis quanto para homens trans.

Nesse sentido, Juliana Sampaio e Benedito Medrado (2019) apontam que os hormônios têm ganhado importância crescente nas formas de “relação consigo” de seus agentes, configu-

rando-se como elementos relevantes na rede de produção de modos de subjetivação na nossa sociedade. Nesse sentido, o uso de hormônios é uma prática que rompe as normas disciplinadoras dos procedimentos e das fronteiras dos serviços de saúde, transformando-se em potente dispositivo de medicalização e construção de processos de subjetivação (Lima & Cruz, 2016).

Com os hormônios, a passabilidade pode se materializar corporalmente. O conceito de passabilidade é descrito por Letícia Lanz (2014, p. 129) como “o quanto uma pessoa transgênera se parece fisicamente, se veste, fala, gesticula e se comporta de acordo com os estereótipos do gênero oposto ao que lhe foi consignado ao nascer”, ou seja, a passabilidade para os homens trans é a casualidade de serem socialmente reconhecidos como sujeitos do gênero masculino.

A literatura nacional destaca a (re)produção da hierarquia social das masculinidades no campo transmasculino em vista de algumas sutilezas como, por exemplo, no contexto da hormonização e da mamoplastia masculinizadora. Adelaine Santos e Marcio Ornat (2021) propõem classificar as transmasculinidades também em subordinadas-hegemônicas, subordinadas-cúmplices, subordinadas-marginalizadas e subordinadas-subordinadas. De acordo com tais autores, as transmasculinidades subordinadas-hegemônicas são incorporadas pelos homens trans heterossexuais que almejam alcançar padrões de masculinidade hegemônica. As transmasculinidades subordinadas-cúmplices dizem respeito aos homens trans que podem exercer a cumplicidade masculina ao resgatarem certos benefícios e vantagens oriundos do dividendo patriarcal. As transmasculinidades subordinadas-marginalizadas referem-se aos homens trans negros que reelaboram suas experiências de masculinidade, pós-transição de gênero, muito em decorrência do racismo (Boffi & Santos, 2023). Por fim, as transmasculinidades subordinadas-subordinadas descrevem homens trans não heterossexuais e sem passabilidade, de acordo com os padrões cisheteronormativos (Santos & Ornat, 2021).

Segundo Ávila (2014), refletir sobre os homens trans exige compreender que não se trata de uma população heterogênea e que compartilha, necessariamente, experiências similares de vida, transição de gênero e subjetividades. O entrecruzamento dos diversos marcadores sociais da diferença, como raça, gênero e classe social, configura a interseccionalidade. Tal conceito busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação, pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam e perpetuam desigualdades básicas (Crenshaw, 2002), ou seja, operam como eixos de poder, constituindo avenidas que estruturam os terrenos sociais, econômicos e políticos. Tal perspectiva permite vislumbrar as experiências de discriminação, anteriormente mantidas obscuras e invisíveis, em decorrência da localização nos pontos de intersecção dos diferentes eixos de poder.

Considerando o cenário em tela, este estudo teve como objetivo compreender os processos de aquisição e distribuição de vantagens e exigências sociais da masculinidade conferidos aos homens trans, após adquirirem a passabilidade, circunscritas pela interseccionalidade com outros marcadores sociais da diferença.

Método

Trata-se de um estudo com delineamento metodológico qualitativo. A pesquisa obteve aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (FFCLRP-USP), parecer número 3.926.604 e CAAE 25897819.8.0000.5407. Os participantes assinaram, presencial ou digitalmente, o Ter-

mo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Para preservar seu anonimato, os entrevistados escolheram os nomes fictícios que os designam na pesquisa.

Visando cumprir com os objetivos da pesquisa, foram estabelecidos os seguintes critérios de inclusão: ter no mínimo 18 anos, autoidentificar-se como homem trans, estar em uso regular de testosterona para hormonização cruzada (ou seja, transição do gênero feminino para o masculino) e apresentar condições plenas de comunicação. O primeiro participante foi arregimentado a partir da rede de contato pessoal da primeira autora, seguindo-se com o método bola de neve, que consiste na utilização de cadeias sucessivas de referência, a partir de indicações dos próprios participantes (Vinuto, 2014).

Participaram do estudo 15 homens trans, com idades entre 20 e 41 anos, provenientes de quatro estados brasileiros, com hormonização iniciada em um período entre cinco meses e cinco anos, com ou sem a realização de intervenções cirúrgicas concomitantes. Foram realizadas entrevistas presenciais com dois participantes, no período pré-pandemia de Covid-19. Com a eclosão da pandemia, o procedimento de coleta de dados precisou ser adaptado para atender às exigências dos protocolos de segurança (Santos et al., 2020), sendo realizadas entrevistas na modalidade *on-line* com os demais participantes, no período de março a julho de 2020, por meio do recurso de videochamada.

Tabela 1. Caracterização sociodemográfica dos participantes

Participantes	Idade	Orientação sexual	Cor (IBGE)	Cidade de residência e estado	Tempo em testosterona	Cirurgias
Henrique	22	Bissexual	Preto	Sertãozinho-SP	3 anos e 6 meses	-
Hugo	29	Pansexual	Preto	Sertãozinho-SP	4 anos	-
Olliver	21	Pansexual	Pardo	Uberlândia-MG	1 ano e 3 meses	-
Renato	21	Heterossexual	Branco	Uberlândia-MG	3 anos e 3 meses	Mamoplastia masculinizadora
Pedro	23	Heterossexual	Branco	Ribeirão Preto-SP	3 anos	-
Felipe	21	Heterossexual	Pardo	Itaú de Minas-MG	6 meses	-
Lucca	25	Heterossexual	Pardo	Torres-RS	1 ano e 9 meses	-
Humberto	21	Heterossexual	Branco	Uberlândia-MG	1 ano e 4 meses	Mamoplastia masculinizadora
Ricardo	23	Heterossexual	Branco	Canoas-RS	3 anos	-
Marcos	20	Heterossexual	Branco	São Leopoldo-RS	1 ano	-
Leonardo	25	Heterossexual	Branco	Vargem Grande Paulista-SP	5 meses	-
Peter	24	Heterossexual	Pardo	Gouvea-MG	1 ano e 6 meses	-
Christopher	33	Heterossexual	Preto	Canoas-RS	2 anos e 7 meses	-
Gabriel	23	Bissexual	Preto	Uberlândia-MG	5 anos	-
Yoasi	41	Heterossexual	Pardo	Fortaleza-CE	5 anos	Mamoplastia masculinizadora

Fonte: elaborado pelos autores.

Para a composição do *corpus* de pesquisa, foi aplicado um roteiro de entrevista semiestruturada, complementado por um Formulário de Dados Sociodemográficos e o Critério de Classificação Econômica Brasil (CCEB). As entrevistas foram registradas em áudio e tiveram duração de 55 a 210 minutos (média de 95 minutos). Os registros foram, posteriormente, transcritos na íntegra e literalmente pela entrevistadora.

O material foi submetido à Análise Temática Reflexiva (Braun & Clarke, 2019; Clarke, Braun, & Hayfield, 2019). O procedimento prevê a elaboração de seis etapas, a saber: familiarização com as narrativas; geração de códigos; agregação de códigos em possíveis temas analíticos; revisão e aperfeiçoamento dos temas analíticos; nomeação dos temas analíticos; produção e escrita analítica.

Esse procedimento de análise apresenta algumas particularidades em relação a outros modos de análise qualitativa de entrevistas. A Análise Temática Reflexiva compreende o processo de análise de dados como um ato criativo, reflexivo e subjetivo, que considera a subjetividade dos pesquisadores como um recurso potencial da produção de conhecimento, incluindo os afetos vivenciados com os interlocutores durante a elaboração da pesquisa (Clarke et al., 2019). Desse modo, trata-se de um processo que demanda uma atitude recursiva, com movimentos orgânicos e profundo envolvimento na interação estabelecida entre pesquisadores, participantes e as narrativas geradas, a partir de direcionamento desenvolvido em etapas graduais. Não se trata, portanto, de mera aplicação e reprodução automática de passos metodológicos. Para auxiliar na organização do processo analítico, utilizou-se o *software QDA Mine Lite*.

Resultados e Discussão

Passabilidade e vantagens sociais a partir de uma leitura social masculina

Connell (1995) afirma que os homens enquanto grupo não são oprimidos, nem ocupam posição de desvantagem social. Porém, na prática, ao considerar a interseccionalidade, percebemos que homens podem, sim, ocupar posições de desvantagem e ser oprimidos. Um homem escravizado sem dúvida é oprimido. Um homem que vive com uma deficiência grave ocupa uma posição de desvantagem social. Então, é necessário ponderar que as pessoas são uma totalidade atravessada por diversas questões que se interseccionam, de tal modo que existem diferentes possibilidades, configurações e modos de ser homens (sejam eles trans ou cis) e não é possível fazer generalizações como “os homens enquanto grupo não são oprimidos”, sem nenhuma mediação.

Na realidade dos homens trans, desvela-se, ao longo da análise do *corpus* construído pelas entrevistas realizadas, que tais “privilégios” são condicionados a uma série de fatores, tais como passabilidade, localização, encobrimento da condição trans, etnia e sexualidade, não se tratando, portanto, de uma posição social fixa e assegurada. Por esse motivo, ao dialogar com sujeitos que, por sua condição trans, são minimamente vulnerabilizados, não destacamos as respostas sociais à leitura masculina como “privilégios”, termo que reservamos aos homens cisgênero. Em vez disso, aplicamos o termo vantagens.

Homens trans com passabilidade e reconhecimento social do gênero masculino vivenciam novas e diferentes respostas sociais após a transição de gênero. Renato (21 anos, heterossexual, branco, três anos e três meses em uso de testosterona [T], com mamoplastia masculinizadora realizada) comenta: “entra a questão da passabilidade; a partir do momento que todo mundo passa a te ver como um homem, eles começam a ter um tratamento diferente”. Outro participante afirma: “em relação ao papel de homem na sociedade, eu ganhei muitos privilégios e confortos que eu não recebia antes” (Marcos, 20, heterossexual, branco, um ano em T).

Diante desse cenário, deslocar-se em segurança em via pública destaca-se como a vantagem mais notada, quando comparada à anterior leitura social feminina. Tal situação denota um privilégio outorgado aos homens trans — ao menos aos homens brancos, discussão a ser detalhada na próxima seção.

Por exemplo, conseguir andar na rua sem ter medo. Antigamente, eu não saía na rua pra andar e o único medo que eu tenho agora é de ser assaltado, mas ser abusado não me passa mais pela cabeça. Agora eu sou Uber e não tenho medo de quando entra um cara no carro, como se ele quisesse abusar de mim. Pelo contrário, eu vejo mulheres entrando no carro com medo, e eu fico pensando: “que situação gritante de diferenças!” (Leonardo, 25, heterossexual, branco, um ano em T).

A leitura social feminina a que estavam submetidos anteriormente os expunha a situações de violência, principalmente sexual, um medo que não enfrentam mais no período pós-transição de gênero, devido ao acesso às modificações corporais. Uma exceção ocorre em situações de revelação de sua identidade de gênero: quando são lidos como ‘homens trans’, tal vantagem cai por terra e aumenta a probabilidade de serem novamente assujeitados à violência sexual. Assim, quando vivenciam uma situação em que, por algum motivo, se desvela sua identidade de gênero, os homens trans voltam a ser socialmente alocados no gênero feminino, tornando-se suscetíveis a diversas violências.

Por mais que essa questão de a masculinidade trazer automaticamente essa sensação de poder, eu ainda sou um transexual, então eu posso até falar que tenho segurança desde que metade da minha história seja escondida. Agora, se a outra metade da minha história for contada, *aí eu não tenho poder nem segurança nenhuma. Pra mim, só o fato de eu conseguir sair da minha casa e acompanhar uma mulher até um determinado lugar, sendo eu a segurança dela, pra mim já é privilégio* (Pedro, 23, heterossexual, branco, três anos em T).

Outras vantagens são notadas pelos homens trans quando lidos a partir do gênero masculino, como o “direito de fala”, que alude à maior possibilidade de gritar, em sentido literal, e se expressar de forma agressiva, mais do que podiam anteriormente. Tal situação materializa a expectativa da masculinidade hegemônica e afasta a noção de recato feminino. A contundência da expressão de si, de forma violenta ou não, aprofunda a noção social de virilidade. Essa disposição se desdobra no cotidiano das práticas sociais, ao verem suas opiniões levadas a sério, ao terem suas ideias tomadas em consideração, ao poderem se perceber como dignos de ocuparem um lugar de maior “respeito” e “poder”, conforme os participantes nomeiam os benefícios auferidos com a transição. Tais efeitos se potencializam diante das mulheres.

Na questão de respeito também, como as pessoas se referem a mim, como as pessoas me tratam, porque quando você está na pele de menina, você não é levado tão a sério, te cumprimentam de longe porque acham que não lhe devem respeito. Agora, quando está na pele de homem, *aí a pessoa já passa a se dirigir diretamente a você, te trata com mais respeito, te leva mais a sério*. Eu tenho percebido isso quando ando com a minha namorada (Henrique, 22, bissexual, preto, três anos e seis meses em T).

Outro benefício percebido pelos homens trans após a transição é a facilidade de reconhecimento de seus feitos, tal como a consolidação do reconhecimento do gênero masculino, a solicitação e a valorização de suas opiniões sobre diversos assuntos. Isso acontece porque é exigido do homem performar a ação e a resolução, a atividade, o fazer, agir e prover; por isso ele é mais demandado, mas também cobrado por isso. Caso não consiga entregar aquilo que lhe é pedido, sua masculinidade será questionada.

O privilégio de poder falar e agir e ninguém anular a minha palavra, porque a minha opinião conta hoje em dia. Se eu falar em uma roda de pessoas “*gente, mas isso aqui é melhor*”, dessa vez as pessoas me escutam. Antigamente eu não era levado em consideração e hoje em dia eu falo e me escutam de fato. E se acontecer algo ao meu redor, o primeiro a ser consultado é sempre eu, e antes não era assim (Pedro, 23, heterossexual, branco, três anos em T).

Outra vantagem bem demarcada pelos participantes foi o afastamento das tarefas domésticas, que resulta em maior disponibilidade para o ócio e uso lúdico do tempo livre:

Como homem, eu vejo muitos privilégios: quando eu vou na casa de alguém como visita pra comer, a pessoa fala: “*não, fica à vontade, não precisa lavar nada, pode jogar videogame com teus primos*”. Ou quando a gente vai fazer alguma coisa na empresa e que vamos fazer churrasco, eles falam: “*tá, Marcos, tu pode trazer só o refri*”. E antigamente não era assim, eu ia ter de cozinhar alguma coisa pra levar (Marcos, 20, heterossexual, branco, um ano em T).

Em relação à sexualidade, em especial à heterossexualidade, nota-se uma autorização tácita do seu exercício, sem restrições. Apresentar-se a partir do estereótipo de “pegador” resulta em mais ganhos subjetivos e sociais do que prejuízos na pós-transição, dado que acrescenta elementos à virilidade a partir do exercício do privilégio heterossexual. Ao mesmo tempo, há maior cobrança, por parte de mulheres cisgênero e transexuais, de que desempenhem tal papel heterossexual em uma conjuntura relacional, o que pode ser interpretado como ofensa quando o papel não é exercido de acordo com essa lógica.

Ah, eu acho que agora, se eu quiser ficar com 20 pessoas em um lugar só, sabe, eu já fazia isso antes, mas era muito julgado... Agora, se eu fico com várias pessoas, comentam sobre isso no sentido de me por pra cima, sabe, tipo: “*foda pra caralho, pega mulher pra caralho, garanhão!*”. Tipo isso, e antes era no sentido depreciativo (Olliver, 21, pansexual, pardo, um ano e três meses em T).

O corpo também se apresenta no consentimento para uma gestão menos elaborada dos autocuidados com o corpo, ou seja, a autorização para estar “feio” se assim o desejar, preocupando-se menos com a aparência física, a partir da noção de que o compromisso mais importante agora consiste em parecer mais viril e rústico do que belo.

No sentido total da coisa, as pessoas me cobram menos, principalmente sobre o jeito como eu me visto e o jeito que está meu cabelo. Eu sou muito menos cobrado. Por exemplo, se minha cueca enrolou, eu enfio a mão dentro da calça e desenrolo, sabe... e ninguém fala nada, ninguém questiona esse tipo de comportamento, então existe muito privilégio (Pedro, 23, heterossexual, branco, três anos em T).

Corroborando essa descrição de masculinidade, as experiências dos homens trans, a partir da passabilidade, muitas vezes lhes garante o acesso a vantagens relacionadas ao pertencimento ao grupo hegemônico dos homens. Certas experiências de poder — que os participantes também denominam de respeito — relacionadas à dominação das mulheres foram vivenciadas diante do olhar social abonador, assim como experiências de generificação das atividades domésticas. As narrativas descritas revelam a relação de dividendo patriarcal que Connell (1995)

apresenta ao referir-se às vantagens sociais usufruídas por homens, as quais foram claramente percebidas e descritas pelos participantes pós-transição.

Nesse ponto, é importante destacar que, ao lado da possibilidade de auferirem vantagens, há também situações nas quais se sentem ou não confortáveis dentro de tal condição. Sem dúvida, homens trans usufruem de determinadas vantagens, mas teriam eles a oportunidade de desfrutarem de todas elas em seu cotidiano?

Exigências sociais do ser homem

Como vimos, os participantes reconhecem que passaram a desfrutar de vantagens depois que adquiriram passabilidade. Entretanto, refutam a ideia de que conquistar essa situação vantajosa tenha lhes assegurado apenas experiências positivas e nenhum aborrecimento; assinalam, assim, as exigências que também passaram a enfrentar no período pós-transição. Os homens trans percebem que quaisquer comportamentos que se desviem do molde de masculinidade hegemônica invalidam suas transmasculinidades ou, pelo menos, abrem brechas para o questionamento da legitimidade do lugar que ocupam no universo masculino (Connell & Messerschmidt, 2013).

De maneira geral, o fato de serem lidos socialmente como homens também os coloca em condições desprivilegiadas, tais como: maior probabilidade de serem expostos à violência e morte por causas externas, especialmente para os sujeitos não brancos; dificuldade de acesso às políticas públicas de saúde, assistência social e previdência social; tendência ao maior uso de substâncias a partir da autorização social para tal; cobrança por alcançar sucesso econômico, com potenciais efeitos deletérios na saúde; ostentação peniana. Os participantes ressaltam o que nomeiam de “exigências do ser homem”, enfatizando a intolerância social caso se mostrem vulneráveis em determinadas situações.

Sim, eu tenho um problema no braço que me impede um pouco de pegar bastante peso e, quando não aguento, *ai me julgam: “ah, vira homem”, “ah, mas você não queria ser homem? Agora aguenta ai”* (Henrique, 22, bissexual, preto, três anos e seis meses em T).

Minha mãe disse: *“agora você tem que ter outros tipos de responsabilidades, fazer o papel de homem, cuidar, dar estrutura e suporte pra ser a base da sua futura casa e da futura família”*. Tenho que ter uma responsabilidade a mais do que a minha irmã (Leonardo, 25, heterossexual, branco, um ano em T).

Cobram bastante isso: *“se você é homem, vamos ver se bate e apanha como um homem”*. Eu me sinto meio sufocado e não me encaixei bem nessa questão, e me cobraram isso: *“por que você é um homem, mas não defendeu sua namorada, não defendeu seu posto?”* (Peter, 24, heterossexual, pardo, um ano e seis meses em T).

Nesse sentido, tanto quanto a afirmação categórica das exigências de ser homem, a masculinidade hegemônica também destaca, com fervor, as prescrições normativas do que não se deve ser. Ser homem significa não apresentar características lidas como femininas e, portanto, tudo o que se aproximar dessa possibilidade é veementemente rechaçado e converge para um possível questionamento de suas identidades e da legitimidade de suas experiências (trans)masculinas.

Minha cliente falou: “*Christopher, tu, quando começar a ter mais aparência física de homem, tu vai largar a profissão de cabeleireiro e manicure? Como é profissão de mulher, tu vai ter que ter mais postura de homem, porque hoje tu fica muito dono de casa*” (Christopher, 33, heterossexual, preto, dois anos e sete meses em T)

Uma pessoa falou: “*você quer parecer homem, mas você fica usando roupa de mulher, com cor de mulher*”. Eu falei: “*não, cara, isso não é roupa de mulher, isso é uma camiseta, é minha camiseta, então não é de mulher*”. E o cara falou: “*mas é rosa, então você não deve usar rosa porque homem não usa rosa*” (Olliver, 21, pansexual, pardo, um ano e três meses em T).

Romper com os estereótipos da masculinidade hegemônica é quase um atestado simbólico para serem lidos socialmente como homens *gays*, processo vivenciado sem exceção por todos os participantes deste estudo em algum momento de suas experiências pós-transição. As principais características da masculinidade hegemônica são a heterossexualidade e a dominação sobre as mulheres como seu corolário (Connell, 1987). Masculinidades subalternas, como as “masculinidades afeminadas” ou não heterossexuais, são alocadas no grau mais baixo da hierarquia de prestígio. Os relatos dos participantes retratam essa leitura social que os acompanha.

Quando as pessoas não sabem que sou trans, eu sou lido como um cara *gay*, porque eu não mexo com as mulheres no trabalho, como os caras falam, que “*são gostosas*” e tal. Então, eu já tinha que ter “*algum problema*”, então eu era *gay*. Quando as pessoas ficam sabendo que eu sou trans, elas falam: “*claro, eu sabia que ele tinha um problema, esse é o problema dele*” (Ricardo, 23, heterossexual, branco, um ano em T).

Se tu te perfuma e te arruma bem, tu é *gay*. Eu sempre sou taxado como *gay* porque, se eu estou em uma festa, eu não trovo [tentar beijar], não vou em cima. Se eu estou na rua e não fico olhando as mulheres, eu sou lido como *gay* (Ricardo, 23, heterossexual, branco, um ano em T).

Para esses homens trans, no entanto, o fato de serem comparados ou classificados como homens *gays* não é, necessariamente, uma questão problemática.

Depois que eu percebi que eu estava anulando a palavra e a luta de todos os homens *gays* que eu conheço, eu aprendi que não é um problema pra mim, mas é muito complicado porque não era nem o “parecer ser”, mas a partir do momento que você parece *gay*, *só homens querem ficar com você*, entendeu? (Pedro, 23, heterossexual, branco, três anos em T).

Por terem tido uma experiência de leitura social feminina anterior à transição, os homens trans evitam a reprodução de padrões de comportamento machistas e sexistas frente às mulheres. A consequência dessa situação é, novamente, sofrerem a contestação de sua masculinidade. Não só da masculinidade em si, mas da segunda máxima fundante da masculinidade: a heterossexualidade.

É outra coisa e eu acho que tem um infinito de separação entre eu e um homem cis. E uma das coisas é essa: é ter sido mulher, é ter passado por uma identidade feminina durante 20 anos da minha vida, e eu tenho 23, então eu fui mais tempo da minha

vida uma mulher do que um homem, socialmente dizendo, então não tem como eu simplesmente abandonar isso e colocar isso de lado e cuspir na rua e mexer com mulher, não é assim que funciona (Pedro, 23, heterossexual, branco, três anos em T).

A maior parte dos participantes teceu comentários sobre sua não identificação com os homens cisgêneros e suas performances de masculinidade, buscando romper o pacto de cumplicidade e irmandade existente entre eles, especialmente nos comportamentos e pensamentos decorrentes da subordinação das mulheres. No entanto, não compactuar com as ideias machistas e sexistas de seus amigos gera desconforto nas relações e pode levar à interrupção do ciclo de proteção entre eles.

Eu não consigo me encontrar no padrão do homem porque eu tenho uma vivência anterior feminina e porque muita coisa que eles fazem eu não consigo fazer. ... Eu não consigo conversar com meus amigos porque eles só falam sobre mulheres e falam coisas nojentas e comentários absurdos, e é onde eu não quero estar. Então, eu vou saindo de cantinho e saio (Ricardo, 23, heterossexual, branco, um ano em T).

Cabe refletir sobre possíveis particularidades decorrentes da socialização dos homens trans, suas práticas diárias e seus discursos apresentados para uma pesquisadora mulher cisgênero. É claro que isso não deslegitima suas falas, mas indica o contexto particular de produção das narrativas. Apesar de todas as vivências sociais femininas anteriormente experimentadas em suas trajetórias, homens trans também podem reproduzir uma masculinidade hegemônica-cúmplice, assim como homens cisgêneros e mesmo algumas mulheres, especialmente na relação com as companheiras.

O que me faz ser diferente... Sou um pouco machista em alguns comportamentos, mas é uma característica masculina, né? Acho que a questão do meu relacionamento, a parte do ciúme, me faz um pouco machista. Alguns comportamentos com a minha namorada, eu só percebo depois, que são machistas (Peter, 24, pardo, heterossexual, um ano em T).

Quando se trata da minha namorada e um cara babaca chega nela, aí eu sou aquela pessoa que pega no bracinho dela e saio andando. Ela odeia que eu faça isso, mas é automático. Eu acho que é uma coisa bem interiorizada... aquele negócio de ser alfa, de “é seu, você tem que tomar conta” (Hugo, 29, pansexual, preto, quatro anos em T).

Depreende-se de tais narrativas que, para além das vantagens adquiridas quando lidos socialmente como homens na sociedade patriarcal, os homens trans também se encontram vulnerabilizados sob as prescrições sociais do ser masculino. Tais exigências normativas se mostram mais imperiosas diante dos estereótipos de masculinidade e feminilidade, em particular em relação às mulheres. As exigências para serem validados como homens circundam: o desempenho laboral, o ambiente de trabalho e a capacidade de sustentar sua família; a violência como forma de garantir respeito e poder conferidos por outros homens, entendendo que há uma “obrigação” moral em responder à expectativa de violência ou de se defender dos ataques; a heterossexualidade que disciplina o corpo masculino; o distanciamento da esfera doméstica e a aproximação com a vida pública. Essas exigências correspondem àquelas identificadas por Connell (1995).

O fenômeno da passabilidade lhes garante o acesso a algumas vantagens sociais concedidas aos homens em uma sociedade estruturada pelo patriarcado. Contudo, cabe ainda questionar a distribuição de tais vantagens que, por vezes, é assimétrica e desigual para os homens trans.

Interseccionalidade entre gênero, raça e sexualidade nas experiências sociais pós-transição

A análise das narrativas aponta para uma hierarquização dos homens trans em decorrência do seu nível de passabilidade, o qual lhes confere o poder simbólico de serem lidos, socialmente, como pertencentes ao gênero masculino. Nesse processo, os marcadores sociais da diferença e suas intersecções retiram ou acrescentam mais ou menos poderes e vantagens. Entre os marcadores, podemos destacar a raça e a leitura social da sexualidade.

Joan Scott (1995) entende que o gênero é produzido nas relações sociais e não atua separadamente. Portanto, gênero não pode ser examinado como uma categoria independente de raça, classe, sexualidade, geração e território. Por meio dessas categorias, os homens trans são classificados segundo as mesmas condições fixadas pelas normativas das masculinidades cisgênero.

As experiências relacionadas à etnia são evocadas por Hugo, que percebeu, após a transição, um aumento das violências racistas.

Eu vejo muito de racismo sendo mais escancarado, tipo, eu fui sentar em um banco e tinha uma senhora e a bolsa dela estava no banco. Ela pôs a bolsa do outro lado e segurou, como se eu quisesse alguma coisa que tivesse dentro daquela bolsa. As pessoas, às vezes, atravessam a rua, olham pra trás com medo. O homem trans negro é visto como um provável marginal, como todo homem negro é visto na rua (Hugo, 29, pansexual, preto, quatro anos em T).

Gabriel compartilha experiências semelhantes e conclui que a questão da segurança em via pública — o primeiro privilégio elencado neste estudo — não é tão certa e garantida para ele quanto para os homens trans brancos. O participante relata sentir-se mais amedrontado do que antes da transição, devido ao medo de sofrer violência policial.

Por eu ser um homem trans negro, pra mim as coisas funcionam diferente. Por ser negro, eu não consigo ver tantos privilégios. É complicado ser um homem trans negro porque muda muita coisa. Enquanto mulher preta, eu era assediado, eu era visto como a empregada que tem que trabalhar para famílias ricas e que eu servia só pra isso. Como homem, *já é diferente*, eu não sou assediado, eu sou perseguido. Eu entro dentro de uma loja e fico receoso porque eu sei que alguém vai ficar me olhando pra ver se eu não vou roubar alguma coisa. Correr na rua não posso nunca na vida, porque se estou correndo e passar a polícia, é porque eu estou fazendo alguma coisa errada. Então, muda um pouco o fato de ser um homem trans negro para um homem trans branco. O privilégio fica um pouco diferente (Gabriel, 23, bissexual, preto, cinco anos em T).

Na direção da intersecção entre raça e gênero, Bruno Santana (2019) reflete acerca da invisibilidade dessa identidade e da ausência de representação, mesmo dentro da própria comunidade transmasculina, na qual o referencial de masculinidade conserva-se branco e heterossexual. O autor destaca que, embora homens trans brancos e negros possam sofrer com machismo, misoginia e transfobia, os primeiros não vivenciarão o racismo e não perceberão

sua passabilidade a partir de olhares inseguros e de violência policial, que são experiências onipresentes no cotidiano dos homens trans negros. A interseccionalidade, como postulada por Crenshaw (2002), corresponde à soma de opressões e resulta em menor empoderamento de tais sujeitos, como narram Gabriel e Hugo.

De acordo com as experiências descritas, as transmasculinidades negras são socialmente vinculadas à noção de corpo-ameaça, segundo a qual tais indivíduos são alocados e automaticamente associados a uma propensão a praticar atos de violência e, por conseguinte, à marginalização. Essa conjuntura permite classificar os homens trans negros como transmasculinidades marginalizadas, sendo o racismo estrutural a marca fundante de suas existências. Em uma afirmação política, oriunda de leituras que partem do movimento trans brasileiro, Santana (2021, p. 152) argumenta que: “a violência contra corpos negros trans é um projeto político ocidental estruturado pela branquitude cisgênera, que não pode conceber a ideia da existência de corpos que escapem do padrão normativo de humanidade brancocêntrico, cisgênero e heterossexual”.

Em tais circunstâncias, a legitimação das masculinidades negras — e também da transmasculinidade negra — é condicionada à leitura social clichê do negro autor de violências, ao distanciamento corporal de outros homens, à hipersexualização do corpo negro associado à suposição de um pênis descomunal, configurando um apetite sexual desmedido e uma virilidade inquestionável, assim como o pressuposto infundado de práticas sexuais exclusivamente “ativas”. Esses aspectos configuram um imaginário social impregnado por uma atmosfera de ameaça. Uma das consequências é o reforço da atitude social de suspeita, que leva, por exemplo, ao afastamento das crianças (Santana, 2021).

A principal característica socialmente atribuída ao homem (trans) negro é a representação de um corpo-ameaça (Santana, 2021), um fenômeno que reacende a ferida colonial, pois se trata de uma herança persistente da formação sócio-histórica brasileira, tributária da dominação escravagista. Recai sobre o corpo trans negro uma aura de permanente suspeição, destrato e violência física, que contribui para legitimar o risco de encarceramento e assassinato perpetrados por agentes armados do poder público. Isso ratifica a necropolítica adotada sistematicamente pelo Estado brasileiro para subjugação, disciplinação e criminalização dos corpos trans e negros.

Assim, a passagem à masculinidade, vivenciada principalmente pelos corpos não brancos e jovens — em uma intersecção também geracional — vai converter imaginariamente esses sujeitos em potenciais autores de violências. A consequência de tal leitura é o fortalecimento de preconceitos raciais e a conversão desses corpos em “perigo social” para a branquitude, enquanto quem corre riscos, na realidade, são os homens negros transmasculinos e cisgêneros. Na tentativa de assegurar um mínimo de proteção e conforto, muitas vezes são feitas algumas concessões e negociações sociais (por exemplo, a indumentária), o que pode ser um agravante para que esses sujeitos sejam enquadrados no rol dos suspeitos de sempre ou para que sejam considerados autores de violência. Cuidar da aparência física, como manter os cabelos, barba e pelos corporais aparados, deixa de ser uma escolha estética individual para ser alternativa ao enegrecimento social (Boffi & Santos, 2023).

Essas negociações são mais viáveis quando os contextos territorial e financeiro se encontram, influenciando diretamente na passibilidade e na segurança pessoal. Tais processos denotam os deslocamentos raciais, de gênero, de acesso aos bens materiais, de territorialidade e gerações, que acontecem sinergicamente no processo de assunção à identidade masculina. Portanto, é imprescindível analisar os diferentes marcadores sociais, evitando compreender homens trans como uma população homogênea em suas experiências sociais, assim como instaurar processos de ocupação política e gestão social dos corpos transmasculinos, especialmente os não brancos.

O “ser homem” envolve negociação permanente com as práticas hegemônicas da masculinidade, o que implica complacência ou resistência à dominação masculina e suas características impositivas e coercitivas. Os homens trans, apesar de transgredirem diversos paradigmas sociais, ainda são enquadrados em um padrão de transmasculinidades. Esse enquadramento mostra a relevância do marcador de sexualidade nas experiências trans. Ser lido socialmente como homem *gay* retira desses sujeitos a afirmação de uma masculinidade inquestionável e, em consequência, subtrai vantagens e poderes conferidos aos homens cisgêneros heterossexuais.

Se eu ficar com um cara, provavelmente eu vou sofrer muito mais do que eu sofri quando ficava com mulheres antes da transição. Na visão deles, se uma mulher vai virar um homem, que seja pra ficar com uma mulher, porque não faz sentido uma mulher virar um homem pra ficar com outro homem, ela poderia ficar com homem sendo mulher (Olliver, 21, pansexual, pardo, um ano e três meses).

Ter sua masculinidade questionada desencadeia autorrecriação e acentua a dificuldade de autoaceitação da possibilidade de se sentirem eventualmente atraídos por outro homem, um relato comum no período pós-transição de gênero com uso de testosterona.

A questão de sair do homem hétero para bissexual foi mais difícil porque *é* aquela história: “*se um homem se assumir bissexual, quer dizer que ele é gay*”, que é o que a sociedade diz. Isso acabou me pegando, não pelos outros, mas por mim mesmo. Eu acabei tendo esse preconceito comigo mesmo, então eu senti muito mais esse peso na hora de me dizer um homem bissexual do que de me declarar uma mulher lésbica para um homem trans (Hugo, 29, pansexual, preto, quatro anos em T).

O fato de serem reconhecidos como homens que não cumprem os requisitos normativos da masculinidade hegemônica e serem lidos como *gays* retira vantagens e poderes dos homens trans, como nota Hugo: “os que mais demonstram masculinidade, que são machos, essas coisas, de certa forma têm mais respeito do que nós, que não somos tão machos assim”.

Considerações finais

A análise das narrativas denota que a transição de gênero e a passabilidade dos homens trans elucidam como o reconhecimento visual binário da masculinidade é suficiente para que sujeitos transmasculinos sejam contemplados com a possibilidade de receberem certas benesses e vantagens sociais destinadas aos homens como um todo. Constatou-se que o outro lado da moeda são as exigências sociais acerca do que se espera de um homem e o respeito aos limites normativos da masculinidade. A intenção de não reproduzir comportamentos machistas, que reafirmam a subjugação das mulheres, favorece inúmeros questionamentos a que os homens trans são submetidos no cotidiano acerca de sua masculinidade. No campo social, esse movimento constrange tais sujeitos a serem alocados na categoria da homossexualidade, o que reforça a noção heteronormativa da masculinidade hegemônica.

A validação social das masculinidades depende da manutenção da opacidade em torno das identidades de gênero, deixando veladas as modificações corporais e intersecções como etnia e sexualidade. Portanto, as percepções das respostas sociais dos homens trans envolvem adquirir privilégios sociais na mesma medida em que passam a ser exigidos comportar-se “como

homens” perante as normativas da masculinidade hegemônica cisgênero. Análises a partir da interseccionalidade permitem vislumbrar a disparidade de experiências entre homens trans brancos e negros e, ainda, constatar a invalidação das transmasculinidades a partir de uma leitura social da homossexualidade. Desse modo, a subjetividade ganha relevo em cada experiência e as ditas vantagens vêm acompanhadas de ônus e exigências, como uma espécie de freios e contrapesos, ainda que com muitos desequilíbrios.

Ao aprofundar a discussão em perspectiva interseccional, o estudo evidencia uma dimensão-chave das transmasculinidades, que precisa ser incluída no debate contemporâneo: o fato de que essas vantagens adquiridas pós-transição, ou seja, quando os homens trans passam a gozar do reconhecimento como sujeitos do gênero masculino, não se distribuem de forma homogênea nem igualitária. Com efeito, há masculinidades mais beneficiadas do que outras, já que a noção de masculinidade hegemônica serve de mola propulsora para uma hierarquização das masculinidades. Desse modo, a passagem à masculinidade se entrecruza com variados marcadores sociais da diferença, tais como raça, classe, geração e território, o que dá contornos distintos às experiências dos homens trans.

Pode-se concluir que os homens trans, após alcançarem a passabilidade, encontram possibilidades concretas de usufruírem de privilégios destinados aos homens cisgênero. Contudo, essa experiência é vivida de maneiras particulares sob a lente da interseccionalidade, destacando-se os marcadores de raça e sexualidade como combinações que deslegitimam tais identidades e vivências de masculinidades. Há também exigências que emanam da leitura social masculina, principalmente acerca da heterossexualidade e da reprodução da subordinação das mulheres, como sustentáculos da afirmação do padrão de masculinidade em voga.

Almejando expandir tais reflexões, aponta-se para a necessidade de novos estudos que possam aprofundar o entendimento das experiências transmasculinas, particularmente com a inclusão do marcador social de classe social, visto que as condições materiais de reprodução da vida são essenciais para acessar espaços de saúde que possam garantir um processo digno de transição e modificação corporal para aqueles que assim o desejarem. Tendo em vista essas considerações, é possível deduzir que este estudo contribui com análises relevantes para a Psicologia como um todo, e para a Psicologia Social em particular, com contribuições substanciais e atualizadas para o avanço do conhecimento existente.

Referências

- Ávila, Simone Nunes (2014). *FTM, transhomem, homem trans, trans, homem: a emergência de transmasculinidades no Brasil contemporâneo* [Tese de Doutorado em Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis/SC].
- Boffi, Letícia Carolina & Santos, Manoel Antônio (2023). Da transfobia ao racismo: experiências de transição de homens transexuais negros. *Psicologia*, USP, 34, e200212. <http://dx.doi.org/10.1590/0103-6564e200212>
- Braun, Virginia & Clarke, Victoria (2019). Reflecting on reflexive thematic analysis. *Qualitative Research in Sport, Exercise and Health*, 11(4), 589-597. <https://doi.org/10.1080/2159676X.2019.1628806>
- Clarke, Victoria, Braun, Virginia, & Hayfield, Nikki (2019). Análise temática. In Jonathan Smith (Org.), *Psicologia qualitativa: um guia prático para métodos de pesquisa* (pp. 295-327). Vozes.
- Connell, Raewyn (1987). *Gender and power*. Polity Press.
- Connell, Raewyn (1995). Políticas da masculinidade. *Educação & Realidade*, 20(2), 185-206. <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71725>
- Connell, Raewyn (2003). *Masculinidades*. Universidad Nacional Autónoma de México.
- Connell, Robert W. & Messerschmidt, James W. (2013). Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. *Revista Estudos Feministas*, 21(1), 241-282. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2013000100014>
- Crenshaw, Kimberlé (2002). Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*, 10(1), 171-188. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2002000100011>
- Lanz, Letícia (2014). *O corpo da roupa: a pessoa transgênera entre a transgressão e a conformidade com as normas de gênero* [Dissertação de Mestrado em Sociologia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba/PR].
- Lima, Fátima & Cruz, Kathleen Tereza (2016). Os processos de hormonização e a produção do cuidado em saúde na transexualidade masculina. *Sexualidad, Salud y Sociedad*, 23, 162-186.
- Sampaio, Juliana & Medrado, Benedito (2019). Hormônios na produção de modos de subjetivação: atuando controvérsias. *Psicologia & Sociedade*, 31, e181507. <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2019v31i181507>
- Santana, Bruno (2019). Pensando as transmasculinidades negras. In H. Restier & R. Malungo Souza (Orgs.), *Diálogos contemporâneos sobre homens negros e masculinidades* (pp. 95-104). Ciclo Contínuo.
- Santana, Bruno (2021). A emergência do movimento transmasculino negro no Brasil: diálogos sobre racismo, transfobia e invisibilidade. In B. Santana et al., (Orgs.), *Transmasculinidades negras: narrativas plurais em primeira pessoa* (pp. 149-159). Ciclo Contínuo.
- Santos, Adelaine E. C. & Ornat, Marcio José (2021). Espaço-corpo e a (re)elaboração das transmasculinidades e identidades de homens trans. *Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero*, 12(1), 3-33. <https://doi.org/10.5212/Rlagg.v.12.i1.0001>
- Santos, Manoel Antônio, Oliveira, Wanderlei Abadio, & Oliveira-Cardoso, Érika Arantes (2020). Inconfidências de abril: impacto do isolamento social na comunidade trans em tempos de pandemia de Covid-19. *Psicologia & Sociedade*, 32, e020018. <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2020v32i240339>
- Scott, Joan (1995). Gênero: uma categoria útil para a análise histórica (Guacira Louro, trad.). *Educação & Realidade*, 20(2), 71-99. <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>
- Vinuto, J. (2014). A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. *Temáticas*, 22(44), 203-220. <https://doi.org/10.20396/tematicas.v22i44.10977>

LETÍCIA CAROLINA BOFFI

<https://orcid.org/0000-0001-9198-8963>

Doutoranda em Psicologia na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo.

E-mail: leticiaboffi@gmail.com / leticiaboffi@usp.br

MANOEL ANTÔNIO DOS SANTOS

<https://orcid.org/0000-0001-8214-7767>

Professor titular da Universidade de São Paulo (USP), Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto e Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq nível 1A. Doutor em Psicologia Clínica pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (1996) e Livre Docência pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo (2013).

E-mail: masantos@ffclrp.usp.br

Histórico	Submissão: 16/01/2024 Revisão: 26/05/2024 Aceite: 27/05/2024
Contribuição dos autores	Conceitualização: LCB; MAS Curadoria de dados: LCB Análise dos dados: LCB; MAS Redação do manuscrito original: LCB Redação - revisão e edição: MAS
Financiamento	Bolsa de mestrado concedida à primeira autora - Código de Financiamento n. 88887.600239/2021-00; e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pela Bolsa de Produtividade em Pesquisa, categoria 1A, concedida ao segundo autor.
Consentimento de uso de imagem	Não se aplica
Aprovação, ética e consentimento	O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (FFCLRP-USP), parecer número 3.926.604 e CAAE 25897819.8.0000.5407.